

Portugal e Argélia, visões de um conflito: a guerra de independência argelina vista pela diplomacia portuguesa (1954 - 1964)

Carla Prado*

P. 33-40

Introdução

Com este artigo pretende-se dar conta da visão portuguesa (através da correspondência diplomática da época) do conflito franco-argelino, que opôs a França à sua antiga colónia durante oito anos (1954-1962).

O objectivo principal é saber se, de alguma forma, a perda de uma colónia tão importante como a Argélia para a metrópole francesa abalou o regime vigente em Portugal, regime esse edificado sobre o pilar do colonialismo e das posses territoriais. Será que se justificaria algum tipo de “receio” por parte dos portugueses (também eles na posse de territórios coloniais em África e também eles sujeitos – embora não o pudessem adivinhar em 1954 – a uma reacção deste tipo)? Houve algum tipo de apoio prestado à França (interna ou internacionalmente) nesta questão? Estaria Angola – a mais importante colónia portuguesa à época – em risco de se tornar uma segunda Argélia? E, a título de curiosidade (e em jeito de conclusão desta comunicação) como é que a “nova” Argélia, a Argélia independente, via a situação colonial portuguesa?

Para tentar responder a estas questões procurou-se reunir uma pequena amostra de fontes documentais (nomeadamente correspondência) que dê conta da maneira como esta guerra (que nunca foi reconhecida como tal) se desenrolou e foi acompanhada pela diplomacia portuguesa. Para tal, comecei por analisar a correspondência de um espectador privilegiado do conflito em estudo: Marcello Mathias, embaixador português em Paris até 1958 (data em que foi designado Ministro dos Negócios Estrangeiros) e, mais tarde, a partir de 1961 (quando é substituído no cargo ministerial por Franco Nogueira).

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Portugal, o Estado Novo e o colonialismo: a ideologia como pilar identitário

Durante os seus 40 anos de existência (1933-1974), muitas foram as formas pensadas e criadas pelo regime salazarista para legitimar a sua existência e as suas ações. Um dos aspectos mais importantes da sua política – e mais recorrentes também – foi, sem dúvida, a posse de territórios ultramarinos. Assim sendo, era necessário construir toda uma ideologia e forma de estar que, por um lado, justificasse a presença portuguesa em África e, por outro, que consolidasse a estabilidade do regime. Assim sendo (e ao longo de décadas), o regime foi fértil na construção de mitos e imagens auto-justificativas que foram mudando e se adaptando conforme as variações e necessidades da política colonial vigente.

Não sendo este o tema principal desta comunicação, não me pareceria pertinente avançar para a análise do caso franco-argelino sem antes explicitar um pouco dos “alicerces” da política colonial portuguesa (para uma explicação mais detalhada, vide Henriques: 2004, p. 304).

1. Superioridade dos brancos face aos negros. Estes últimos eram retratados como preguiçosos, atrasados e bárbaros.
2. Objectivo civilizador da colonização, motivado também por motivos religiosos (cristãos)
3. Papel específico de Portugal na expansão europeia (*povo escolhido*), devido à sua natureza cordial e fraterna para com outros povos.
4. Os chamados *direitos históricos* dos Portugueses à colonização devido aos muitos séculos de presença portuguesa em África com fins comerciais. Era uma missão histórica dos portugueses *desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que nelas se compreendam*, conforme o que é defendido no Acto Colonial em 1930 (*apud* Castelo, 1998, p. 46).
5. *A ausência de racismo* nos portugueses, o que facilitava as suas relações com os povos indígenas (um paradoxo, especialmente se considerarmos o primeiro ponto desta lista).
6. *A natureza tropicalista* dos portugueses, que propiciava o contacto harmonioso com outros povos do mundo. Esta teoria foi particularmente relevante devido às obras do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, o primeiro a cunhar o termo *lusotropicalismo* para descrever as relações entre os portugueses e os indígenas (no Brasil e em África) e a forma como estas contribuem para o desenvolvimento cultural e político dos países colonizados.

Argélia: de colónia a país independente

Anexada ao território francês desde 1830, a Argélia cedo se destacou das outras colónias em África, não só devido à sua proximidade com a metrópole (lembre-se que de Marselha a Oran apenas se demorava um dia de viagem, o que poderia justificar a presença de tantos franceses neste território) mas também devido à mais-valia econó-

mica que representava em termos de importação de bens franceses e exportação de bens (nomeadamente agrícolas) para o mercado francês.

Embora os partidos que deram origem à Frente de Libertação Nacional argelina se tivessem formado mais cedo – nomeadamente no período entre as duas guerras mundiais, onde muitos argelinos lutaram ao lado dos franceses – como foi o caso, por exemplo, do PPA (Parti du Peuple Algérien) de Messali Hadj, formado em 1937 e do Partido Comunista Argelino (uma extensão do seu homónimo francês) em 1920, podemos afirmar que, em certa medida, a vaga nacionalista argelina só começou a crescer efectivamente a partir do fim de 1945. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a cada vez mais periclitante situação dos impérios coloniais, a população argelina (islâmica) começou a fazer-se ouvir com mais veemência no que diz respeito aos seus direitos à independência.

No ano de 1945 (início de Maio) as manifestações começaram a subir violentamente de tom. Em Sétif, 75 franceses são assassinados em dois dias de confrontos, o que dá origem a uma repressão *impiedosa* (Roussel, 2003, p. 14), por parte do exército francês, que manteve a sua inflexibilidade. Afinal de contas, a Argélia era *the jewel of the crown (...)* *one colony Paris was not going to relinquish in a hurry* (Atkin, 2005, pp. 27-28) devido à sua proximidade com a metrópole e a mais-valia económica que representava.

Não obstante, só em 1954 (dia 1 de Novembro, para ser mais exacta) estala a guerra de independência argelina, que se tornou num conflito longo e violento de ambos os lados (quer por culpa das acções terroristas de uns, quer pelos métodos de tortura adoptados por outros). Entretanto, o governo vigente (Mendès-France) continuava sob duras críticas (uma vez que a Indochina já havia sido “perdida” pelos franceses e a situação argelina parecia não chegar a bom porto), até que, em 1955, o governo de Mendès-France cai e é substituído pelo socialista Guy Mollet em Janeiro de 1956.

Até este ponto, podemos verificar que nas fontes documentais portuguesas (pelo menos, aquelas que foram consultadas até ao momento, não existem documentos significativos até esta parte. Contudo, a partir de 1956, é possível contar com o testemunho de um homem que esteve muito próximo do centro dos acontecimentos: Marcello Mathias, embaixador português em Paris. Os tempos são conturbados para a IV República e as suas cartas reflectem-no: em 24 de Fevereiro de 1956, o embaixador sustinha a opinião de que *Guy Mollet se aguentará ainda por um tempo, porque ninguém tem coragem de pegar nos petardos da Argélia (...)*, revelando a incapacidade política para os adversários de Mollet apresentarem soluções ao dilema argelino. Apenas uma semana depois, a 1 de Março, vem dizer que *É de prever que Guy Mollet caia em breve, porque não encontrará o apoio do seu próprio partido*² (aquando da demissão do chefe das Forças Armadas francês em protesto pela indecisão de Mollet em investir ainda mais numa solução militar para o conflito) e, considerando, dias mais tarde, que a perda da Argélia seria *o fim desta mesma França e a subsequente perda do continente africano*³, algo que estaria muito contrário às aspirações dos portugueses, tementes que o nacionalismo que varria o Norte de África chegasse à África Subsaariana.

1 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (AOS/CD/-5).

2 Ibidem, carta de 1 de Março de 1956.

3 Ibidem, carta de 31 de Março de 1956.

É, sem dúvida, perceptível esta preocupação portuguesa com a situação franco-argelina. Embora os franceses estejam sempre em grande linha de conta para o embaixador (são gente *simpática, aberta e inteligente*⁴), isso não impede que, de quando em quando, surjam alguns pontos de fricção entre os dois governos. De salientar aqui as declarações de Marcel Champeix, secretário de Estado para os Negócios Argelinos, em Agosto do mesmo ano, segundo as quais *La France ne peut pas devenir un sous-Portugal*⁵ (referindo-se, assim, ao esforço da França na manutenção da Argélia e criticando veladamente as acções portuguesas nas suas próprias colónias), algo que caiu muito mal aos portugueses e que conduziu, no mês seguinte, a um pedido de desculpas por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que assegurou que as declarações nunca tiveram a intenção de *blessar un gouvernement ami et allié de la France pour lequel il a la plus entière sympathie*.⁶

Esta visão francesa de Portugal como país aliado não se limitava a uma mera formalidade ou delicadeza. Uma vez que ambos os países tinham interesses em manter os seus domínios coloniais, procuravam apoiar-se o mais possível no seio das organizações internacionais a que ambos pertenciam (nomeadamente a Organização das Nações Unidas). O apoio português era de tal ordem tido em consideração que o (ainda) primeiro-ministro, Guy Mollet, chegou a pedir para se encontrar com Marcello Mathias pessoalmente, com o objectivo de lhe solicitar o apoio português nos debates da ONU⁷. Apoio esse que foi manifestado aquando da recepção de um memorando confidencial por parte dos franceses, considerando qualquer texto da ONU *nulo* e uma *ingerência inadmissível*, sobretudo se no seu conteúdo pudesse estar quaisquer *ilusões à independência*⁸, posição pela qual os portugueses demonstraram a maior simpatia.

Esta simpatia portuguesa pelas posições francesas faz com que sejam abundantes as transcrições de entrevistas, declarações radiofónicas e panfletos explicitando e legitimando a posição francesa na Argélia, algumas delas tão parecidas em conteúdo e teor que bem poderiam ter sido proferidas por qualquer membro do governo de Salazar.

Ouçamos os intervenientes nesta questão: a 9 de Janeiro de 1957,⁹ Guy Mollet profere um discurso radiofónico em que salienta a legitimidade internacional da ocupação francesa (*L'établissement français en Algérie a été reconnu par toutes les puissances et sa légitimité n'a jamais été mise en doute*), exaltando os aspectos positivos da colonização francesa (*modernisation de l'économie, sauvegarde de la santé publique e accroissement de la population* são alguns dos termos utilizados) e, sobretudo, vincando o carácter “doméstico” do conflito franco-argelino, ao afirmar que *le drame qui déchire l'Algérie (...) est un drame français, et c'est à France de lui apporter une solution*. Por outras palavras, não aceitariam ingerências de qualquer país ou organização (numa crítica clara às posições das Nações Unidas). Mais ainda, afirmava que *la France jamais abandonnera l'Algérie*, visto que ambos os países beneficiariam da cooperação mútua, comprometendo-se a França a não usar a força na população argelina.

4 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Salazar (AOS/CD-5), carta de 26 de Maio de 1956.

5 Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico-Diplomático, Repartição de Negócios Políticos, Relações políticas com a Argélia (1952/1963), proc. 333,06 (28 de Agosto de 1956).

6 *Ibidem*, n.º 218 (datado de 12 de Setembro de 1956).

7 Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico-Diplomático, Secção da Organização das Nações Unidas, Proc. XA-4, 01 de Fevereiro de 1957.

8 *Ibidem*.

9 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros (ANTT/AOS/CO-NE pt. 19).

Se compararmos as declarações de Guy Mollet com as do embaixador Mathias, poucos dias depois¹⁰, podemos verificar que as versões diferem. Enquanto a do primeiro transmite uma nota positiva e firme, de cooperação e compromisso, a do segundo manifesta um claro tom de pessimismo, queixando-se do insucesso da política francesa na Argélia e crendo que a política de cooperação seria impossível de alcançar *num país endemicamente minado pela anarquia*. A Argélia seria então *um beco sem saída* cuja única solução seria a *renúncia completa* do território¹¹.

Como facilmente se pode perceber, a IV República vivia tempos muito conturbados. Governo e exército estavam de acordo num ponto: a manutenção do *status quo* colonial na Argélia. O que os distinguia eram os meios defendidos para obter esse fim. Enquanto o governo de Mollet defendia a via cooperativa – pelo menos em teoria – havia outro sector da sociedade (maioritariamente constituída por oficiais do exército) que defendia uma mão mais firme para o conflito. Não é portanto de estranhar que o dia 13 de Maio de 1958, em Argel, onde teve lugar uma violenta manifestação contra o governo-geral francês, tenha sido considerado como um ponto de viragem na questão franco-argelina. Perante a mais que visível incapacidade da IV República em resolver – ou, pelo menos conter – o impasse argelino, era altura de mudar de rumo e deixar as rédeas do poder nas mãos de alguém mais firme (pelo menos, no entender dos soldados). Charles De Gaulle, o símbolo da França livre, declarava-se então *prêt à assumer les pouvoirs de la République* (apud Stora, 2012, p. 225). Com efeito, cerca de duas semanas depois, é investido como Presidente da República, ao mesmo tempo que Marcello Mathias o considerava como o único *viável face a uma guerra civil*¹², mas só assume funções em Janeiro de 1959.

Não obstante não ter encontrado – compreensivelmente, porque à data Marcelo Mathias se encontrava em funções como Ministro – documentação relevante sobre os anos de 1959 e 1960, estes foram anos cruciais na presidência De Gaulle. Em Setembro de 1959 (dia 16, para ser mais precisa) tem lugar um discurso televisivo polémico em que, pela primeira vez, utiliza a palavra auto-determinação para se referir ao povo argelino (como uma das opções governativas para o futuro da Argélia, a par com a *francização* e a *associação*¹³). Este discurso marcou um ponto de viragem na política gaullista, até agora marcada pela ideia de federalismo no que diz respeito à Argélia.

Esta declaração do chefe de Estado provocou uma reacção violenta por parte dos militares, apoiantes, como sempre, da assimilação – ou seja, manutenção do *status quo* – dos argelinos face à metrópole. Embora o direito à independência argelina seja reconhecido pelas organizações internacionais (a Organização das Nações Unidas fá-lo a 19 de Dezembro de 1960) e pela população da metrópole (através de um referendo em Janeiro de 1961), isso não contribui para o apaziguamento do “braço-de-ferro” entre o Governo de De Gaulle e os representantes do exército francês na Argélia. Ironicamente, à medida que se avança diplomaticamente para uma resolução (a primeira conferência de Evian é aberta dia 20 de Maio), maior é o grau de violência praticada quer na metrópole quer em território argelino, o que leva o representante diplomáti-

10 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Diplomática (AOS/CD/-5), 11 de Janeiro de 1957.

11 Ibidem.

12 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Diplomática (ANTT/AOS/CD-5), carta de 30 de Junho de 1958.

13 Para consultar o texto na íntegra, ver Stora, Benjamin, De Gaulle et la guerre d'Algérie, Fayard/Pluriel, 2012 p. 235-242.

co português a afirmar, com tom pessimista, que *na Argélia, as autoridades perderam praticamente o controlo dos acontecimentos; de um lado a OAS [organização terrorista e paramilitar formada pelos oficiais partidários da assimilação], do outro a FLN disputam a hegemonia; brevemente vamos assistir ali a uma guerra civil atroz. Quanto à população da metrópole, não quer saber da Argélia para nada*¹⁴, sendo que o que os franceses mais desejavam era *en finir avec l'Algérie le plus tôt possible*¹⁵.

Não que, no meu entender, os franceses fossem indiferentes ao que se passava na Argélia, como autores querem fazer crer. Como seria possível ficar indiferente a uma guerra – que nunca, enquanto durou, foi reconhecida como tal – que exigiu uma constante mobilização humana e de capitais durante oito anos, fez cair uma república e viu erguer-se outra em seu lugar e não trouxe mais do que brutalidade e um impasse que não parecia ter fim à vista? Os franceses “não queriam saber da Argélia para nada” devido ao desgaste, não à indiferença ou à apatia colectiva. O tom de pessimismo e desagrado pelo rumo que a situação tomou continua presente nas cartas seguintes, onde Mathias desabafa com Oliveira Salazar que *as coisas vão de mal a pior* e pergunta *como é que De Gaulle se deixou arrastar para esta desgraça?*¹⁶. É fácil de ver o desconforto que estes acontecimentos causavam no governo de Lisboa, que tinha sido cimentado sobre a ideologia colonial, especialmente quando o general De Gaulle se havia pronunciado mais uma vez acerca da necessidade da Argélia se tornar independente.

Já em 1962, os oficiais não baixam os braços. Embora um protocolo tenha sido assinado pelos dois países (França e Argélia) a 19 de Fevereiro, os representantes da OAS (Organization de l'Armée Secrete, um organismo paramilitar de partidários da chamada “Argélia francesa” e responsável por um número crescente de actos terroristas quer em solo argelino, quer na metrópole). Continuaram a lutar pela legitimidade das suas reclamações, quer através do terror (durante esse ano os atentados levados a cabo quer na Argélia quer na metrópole foram sucessivos, sendo que um deles por pouco não vitimava o próprio Charles de Gaulle)¹⁷, quer através da diplomacia. E quem mais indicado para ouvir o que a OAS tinha a dizer do que Oliveira Salazar, que tentava manter um império colonial a todo o custo (mesmo que esse império estivesse em ruptura, uma vez que a guerra colonial em Angola já tinha começado, em 1961)? Assim sendo, Raoul Salan, chefe da OAS, envia uma carta a Salazar onde classifica a rebelião dos oficiais como legítima e acusa o chefe de Estado francês de incompreensão e *trahison*¹⁸.

Apesar destas tentativas e da violência que se verificava de ambos os lados do conflito, os passos finais para a auto-determinação argelina eram inevitáveis. Depois da assinatura dos acordos de Evian (18 de Março) e do referendo que confirmava a vontade dos argelinos, a França reconhece a independência da Argélia (3 de Julho). Dois dias depois, é a vez do governo de Salazar cumprir a sua obrigação diplomática e de desejar *les meilleurs voeux de bonheur e de prospérité pour le peuple algérien*¹⁹.

14 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Diplomática (ANTT/AOS/CD-5), carta de 20 de Outubro de 1961.

15 Ibidem.

16 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS/CD-5), carta de 15 de Novembro de 1961.

17 Para uma cronologia mais detalhada do conflito franco-argelino ver Stora, Benjamin, *De Gaulle et la guerre d'Algérie*, Fayard/Pluriel, 2012 pp. 221-232.

18 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS/CD-5), carta de 3 de Março de 1962.

19 Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico-Diplomático, Repartição de Negócios Políticos, proc. 333,06, Relações políticas com a Argélia (1952-1963), “Reconhecimento da Independência da Argélia”, 05 de Julho de 1962.

Portugal e Argélia no pós-independência (1963-1964)

Ainda que o objectivo desta “amostra” seja averiguar a forma como a diplomacia portuguesa acompanhou o conflito argelino, a verdade é que a desconfiança e o desconforto evidenciados para com os argelinos (próprios de um país que recusava dar a independência aos seus próprios territórios coloniais) se agudizaram ao longo do tempo, principalmente nos anos imediatamente a seguir à independência. A comprová-lo está a forma como foi recebido o embaixador argelino em Rabat, Saad Dahlab, que apresentou as suas credenciais ao embaixador português, esperando *pouvoir maintenir et développer des excellentes relations qui existent si heureusement entre nos deux pays*²⁰. Perante tal exagero de cortesia (uma vez que as relações entre Portugal e a Argélia independente, como se adivinha, não atravessavam o seu período mais favorável), a pergunta do embaixador era simples: o que fazer? A resposta, curta e incisiva, não tardou, exortando o embaixador a não responder à nota de apresentação e, se tal fosse estritamente necessário, a ter com o seu homónimo argelino relações da mais *fria cortesia*²¹.

A verdade é que o novo governo argelino (nomeadamente o seu líder, Ben Bella, não era particularmente benquisto pelo governo de Salazar, nomeadamente depois de serem conhecidas as suas opiniões sobre a situação das colónias portuguesas classificada como *hostis* por parte de Georges Bidault e o Conseil National de Résistance²²). À medida que o tempo foi passando, as posições foram-se antagonizando ainda mais (segundo o jornal *Il Tempo*, de 25 de Maio de 1964, Ben Bella estaria a constituir – com o apoio comunista – *uma espécie de brigada internacional anti-europeia cuja finalidade é eliminar todos os brancos de África, nomeadamente das províncias ultramarinas portuguesas (Angola, Moçambique e Guiné*²³).

Para concluir – e tendo por base esta pequena amostra documental que referi – é possível perceber que todo o processo de independência e consolidação do novo governo foi acompanhado com certa reserva por parte do governo português, sempre atento a possíveis referências à sua própria situação colonial, situação essa que se veio progressivamente a deteriorar a partir de 1961. Assim sendo, a sua posição nas organizações internacionais foi sempre alinhada – na medida do possível – com os interesses franceses, e não é de admirar que o tom das relações luso-argelinas tenha “azedado” com as declarações de Ben Bella (deposto em 1965).

Referências bibliográficas

- Atkin, Nicholas (2005), *The Fifth French Republic*, Hampshire: Palgrave Macmillan.
 Castelo, Cláudia (1998), *“O Modo Português de estar no mundo”: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento.
 Henriques, Isabel Castro (2004), *Os pilares da diferença: Relações Portugal – África (séculos XV/XX)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

20 Ibidem, Embaixada Portuguesa em Rabat, carta de 12 de Fevereiro de 1963.

21 Ibidem, carta de 13 de Fevereiro de 1963.

22 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS/CO/UL-59 pt. 11), Angola e Argélia – 1963.

23 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (AOS/CO/PC-78K).

Roussel, Éric, (2003), *De Gaulle: Volume II, 1945-1970* (trad. portuguesa), Lisboa: Editorial Verbo.

Stora, Benjamin (2012), *De Gaulle et la guerre de l'Algérie*, (s.l.) Pluriel/Fayard.

Fontes primárias – Arquivos consultados

- Arquivo Oliveira Salazar – Torre do Tombo (Arquivos Nacionais):
Correspondência Diplomática (Marcello Mathias: 1956-1962) – ANTT/AOS/CD-5;
Correspondência Oficial (secção de Negócios Estrangeiros) – ANTT/AOS/CO/NE-19;
Angola e Argélia (1963) – correspondência oficial: ANTT/AOS/UL-59.
- Arquivo Histórico-Diplomático (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
Secção de Organizações Internacionais (Proc. XA-4);
Repartição de Negócios Políticos, proc. 333,06: *Relações políticas com a Argélia (1952-1963)*.

1.416^{èmes}
jour
de la
Révolution
1^{er} jour de la
République

LA RÉVOLUTION PAR LE PEUPLE ET POUR L'É

EL MOUDJAHID

Organe Central du Front de Libération Nationale Algérienne

13 HEURES
Numéro spécial
Prix :
20 francs

Le Gouvernement provisoire de la REPUBLIQUE ALGERIENNE EST CONSTITUE

AU NOM DU PEUPLE ALGERIEN, LE COMITE DE COORDINATION ET D'EXECUTION, PAR DELEGATION DE POUVOIRS DU CONSEIL NATIONAL DE LA REVOLUTION ALGERIENNE (RESOLUTION DU 27 AOUT 1957), A DECIDE LA FORMATION D'UN GOUVERNEMENT PROVISOIRE DE LA REPUBLIQUE ALGERIENNE. IL EN A ARRETE LA COMPOSITION COMME SUIIT :

Président du Conseil
Vice-Président du Conseil, Ministre des Forces Armées
Vice-Président du Conseil
Ministres d'Etat

Ferhat ABBAS
Belkacem KRIM
Mohamed BEN BELLA
H. Ait AHMED, Rabah BITA
Mohamed BOUDIA